

O não falar sobre o racismo: uma perspectiva psicanalítica

Anna Carolina Fonseca de Melo¹

Hevellyn Ciely da Silva Corrêa²

RESUMO Este artigo tem como objetivo a reflexão em volta ou envolta do não falar da temática racista a partir de uma perspectiva psicanalítica, visando levantar questões para a psicanálise, pois os silenciamentos contribuem na perpetuação de opressões. A partir daí, parece valer o debruçar nos conceitos de saber, gozo, racismo estrutural, silenciamento e infamiliar, presentes nas obras de Lacan, Freud, Grada Kilomba e Silvio Almeida, dentre outros, posto que tais estudos colaboram para o aprofundamento e a reflexão sobre essa temática. Portanto, o trabalho adota como metodologia uma revisão integrativa da literatura, já que esta permite sintetizar os estudos encontrados, e os analisa, para propor uma aplicabilidade na prática, fornecendo dados para a análise e compreensão da temática em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; infamiliar; gozo; linguagem.

Introdução

A psicanálise tem como recomendação técnica em clínica que seus analisandos falem livremente, que associem livremente, pois considera que há um saber inconsciente, que o sujeito sabe, mesmo sem saber que sabe. Podemos dizer que a importância dada à fala inaugura a própria psicanálise, já que Freud (1901/2018), ao se dedicar àquilo que, na narrativa, surge como tropeço, coloca o saber inconsciente em estreita relação com o campo da palavra. O sujeito fala

1. Mestranda em Psicologia/PPGP-UFGA.

2. Psicanalista, Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará.

e, com isso, produz simbólico para ser possível se repositonar frente a suas questões, produzir simbólico acerca de seus sintomas, sofrimentos, angústias. Então, é preciso falar, principalmente, acerca do traumático para cada sujeito.

Em uma reflexão psicanalítica no âmbito social, também se consideram os aspectos acerca da importância de falar sobre os traumas sociais, com repercussões subjetivas, para que, socialmente, esses produzam reflexões, ou mesmo possibilitem a ampliação das ponderações do sujeito sobre os horrores pretéritos e contemporâneos. Neste sentido é que a questão do racismo surge como algo importante de ser falado, por suas consequências singulares e coletivas, convocando assim a psicanálise a se posicionar em relação ao não falar sobre esse tema.

Partindo disso, este artigo se interessa pelo não falar acerca do racismo, no tocante ao silenciamento mecânico, tragicamente infligido a escravizados, descrito pela autora Grada Kilomba (2008/2019), e sua articulação com aspectos do silenciamento acadêmico apontado por Djamila Ribeiro (2019), sustentado por teorias racistas e pelo racismo estrutural descrito por Silvio Almeida (2019). Além disso, articulamos conceitos psicanalíticos trazidos por Freud, como a perspectiva do estranho enquanto um retorno do recaiado, pois entendemos que a temática do racismo passa pela questão do recalque, o que justifica o diálogo com o escrito *O infamiliar* (1919/2019), em que Freud observa que o estranho advém do conhecido, do íntimo e daquilo que está oculto, ou seja, recaiado no inconsciente. Assim, uma vez que o retorno deste recaiado não diz respeito exclusivamente a dinâmicas clínicas, mas encontra seu lugar no laço social, é fundamental perquirir essa história de silenciamento provocada pelo racismo.

A intenção deste trabalho engloba o suscitar questões, mais do que concluir ou apontar verdades sobre esse atravessamento entre o racismo estrutural experienciado no Brasil e sua relação com a psicanálise. Além de provocar a psicanálise, juntamente com as instituições em que está inserida, intenta fomentar produção nas diversas conexões possíveis entre a psicanálise e o racismo neste país. Para tanto, adentraremos inicialmente na questão do lugar da enunciação, abordando questões sobre a linguagem, o estranhamento (ligado ao recalque), e acerca do racismo de brancos em relação aos negros. Abordaremos, ainda, a neutralidade dos espaços institucionais, a qual é questionada por diversos autores devido à discriminação racial que faz parte das estruturas deste país. A partir do exposto, objetivamos levantar questões para a psicanálise, nas instituições em que se encontra inserida.

O lugar da enunciação

A linguagem é o que nos torna sujeitos. Falar de si é existir para o outro, como nos pontua Frantz Fanon (2008). Durante o período de escravização dos povos arrancados do continente africano, os homens e as mulheres escravizados foram submetidos ao uso de máscaras de silenciamento, que consistiam em objetos de metal presos aos rostos desses sujeitos, obstruindo suas bocas, para que não comessem, e também impondo silenciamento. Sobre tal aspecto, Grada Kilomba nos diz que:

A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancas/os querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que historicamente, tem sido severamente censurado (Kilomba, 2008/2019, p. 33)

A boca é, portanto, um símbolo da possibilidade de tomarmos um lugar por meio da enunciação. A máscara, nessa lógica, não é apenas a tentativa de um silenciamento, tal como o entende o senso comum, porém, uma tentativa de silenciar o sujeito enquanto sujeito do inconsciente, com sua possibilidade de desejar, de se constituir através da linguagem, logo, é a tentativa de apagar a sua possibilidade de ser.

Esta tentativa, para além dos efeitos devastadores que tem para os sujeitos que a sofrem, revela também uma evitação do branco daquilo que a fala do negro pode trazer: quais questionamentos podem ser levantados pelo sujeito negro e que o branco não quer entrar em contato? Reflete Kilomba (2008/2019) que poderíamos questionar “verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos” (p. 41). Dentre estes, as omissões promovidas pela segregação, direta ou indiretamente. O que há de *estranho* e tão familiar que leva a uma tentativa de negar o outro? O que poderia haver de recalcado para os brancos que é insuportável de entrar em contato? Questões importantes para refletirmos, considerando que reprimida/recalcada é a fala do negro, somada a sua própria existência, na posição de sujeito que ocupa. Posição esta que, ao dizer sobre si e sobre o mundo, tenta ser negada. Kilomba (2008/2019) pontua ainda que todos podem falar, no entanto, o que é dito pelo negro não é validado, acolhido, escutado – principalmente quando fala da sua negritude ou do racismo estruturalmente experienciado em nossa sociedade.

Para Sales (2019), entretanto, há outros enfoques para se pensar o racismo, sustentados pelo mecanismo psíquico do recalque, como aqueles apoia-

dos na ideia lacaniana de segregação, a qual compreende “o racismo como manifestação de ódio e inveja à forma como o outro goza” (p. 43) e nos matizes desse discurso social que promove a segregação. Nega-se a fala do outro porque esta fala é um modo de gozar e, devido ao “ódio e inveja”, não se aceita o gozo alheio, por isso também a tentativa de “manter em segredo”, porque o sair dessa negação do espaço do negro é permitir que ele goze, mas, se isso é o oposto do que se quer, então resta silenciar, reprimir, recalcar. De formas veladas ou não.

A negação e a tentativa de silenciamento, portanto, ganham matizes que não podem ser lidas exclusivamente pela lente econômica, através da qual a escravidão se justificaria como modo particular de obtenção de lucros, mas implicam um modo particular de relação com o outro em seu modo de gozo e reconhecimento como sujeito. Entramos, assim, naquilo que Mbembe (2018) chama de um sujeito racial, a saber, uma conceituação do que seria o sujeito a partir da noção de raça, a qual é forjada socialmente, mas lança mão de discursos biológicos para se justificar, de tal modo que os sujeitos, a depender de sua raça, estariam mais ou menos autorizados a falar e encontrar reconhecimento de suas falas. Ao operar uma divisão entre o que seria o sujeito branco e o sujeito negro, costumes, características físicas e até epistemologias são tomadas como signos que garantem a distância, e a hierarquia, entre esses diferentes sujeitos, imputando assim o que seria o estranho e o que seria o familiar.

Se esta lógica de construção de um sujeito racial busca estabelecer fronteiras rígidas entre o familiar e o estranho, sabemos, com Freud, que tais fronteiras sinalizam justamente a proximidade entre eles, o que nos ajuda a estabelecer articulações com conceitos presentes no estudo intitulado *O estranho* (1919/1996), formulado por Freud, que recentemente recebeu uma nova tradução nomeada de *O infamiliar* (1919/2019). Segundo Freud (1919/2019), “Não há nenhuma dúvida de que ele diz respeito ao aterrorizante, ao que suscita angústia e horror” (p. 29), e há algo de “íntimo, próximo, familiar” na estranheza que a sensação do “infamiliar” nos provoca. Isto que é, ao mesmo tempo, tão próximo e tão desconfortável, nos provoca certo horror, que se manifesta também nas relações sociais de significativo rechaço aos outros. Nesse sentido, as pessoas negras, por vezes, são lidas como esse estranho, que vêm de fora e geram essa sensação de medo e horror nos sujeitos brancos, o que sinaliza atravessamentos do seu próprio inconsciente – o que é estranho, mas ao mesmo tempo tão familiar, tão próprio do sujeito branco.

Este estranhamento provocado pelo racismo vem justamente da *infamiliaridade* com a diferença, que torna o negro a alteridade a ser rechaçada por

desvelar a falsa unidade pretendida pelo ideal branco. O incômodo, gerado pelo modo de gozar do outro, o faz ser considerado subdesenvolvido, como alguém inferior, como cita Sales (2019). Aqui, a diferença é demarcada pelo real do corpo, com as características de cor da pele, de cabelo e de traços físicos sendo tomadas como marcas do diferente sem, contudo, questionar o que seria a não diferença, como se constitui aquilo tomado como idêntico e tornado padrão. A este respeito, Mbembe (2018) destaca que, no desenvolvimento econômico ocidental, os brancos europeus com mais poder político, através do regime de plantation e das colonizações, expropriaram e exploraram os que eram diferentes, construindo, a um só tempo, um poderio econômico, e estabelecendo simbolicamente brancos e brancas como neutros, superiores, melhores, e os demais como diferentes e, portanto, subalternos, inferiores.

Sales (2019) também apresenta outra possibilidade para além da lógica do recalque, que não nega a existência de elementos recalcados, mas considera explicar melhor o racismo existente no Brasil, a partir do mecanismo da clivagem. O autor caracteriza tal mecanismo como defesa, pois “após passar pelo desmentido, a criança acaba por se identificar com o adulto agressor e introjeta o sentimento de culpa deste, o que obriga o Eu a se dividir em duas partes incomunicáveis” (p. 65). Considerando essa perspectiva, podemos pensar que também haveria esse mecanismo de defesa no sujeito negro brasileiro, pois este se identificaria com o agressor e introjetaria o sentimento de culpa, sentindo-se culpado pela violência sofrida em função da discriminação racial. Assim, o sujeito negro se percebe como vítima e algoz do que sofreu, como podemos notar quando, por exemplo, se demarca uma fala ou ato racista, o negro, vitimado por tal violência, é apontado como aquele que vê racismo em tudo ou está exagerando, afinal, era “só uma brincadeira”.

Nesse sentido, em decorrência da miscigenação racial e da ideia de que neste país não existe discriminação em função da raça, ocorre que “Um mesmo sujeito pode ser tolerado ou segregado de acordo com o contexto no qual se encontra” (Sales, 2019, p. 67). Essa ideia de recusa também se apresenta na construção de Gondar (2018, citado por Sales, 2019) ao comentar o Hino da República com o verso “nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país” (p. 67), apesar de a escravidão oficial ter sido extinta apenas um ano antes de tal composição, afirma-se ser impossível crer em sua existência.

Sendo assim, uma parte da história, seja ela particular de cada sujeito negro ou do Brasil escravagista, é, desde cedo, denegada, como cita Sales (2019): “é como se, silenciosamente, todos soubessem que existe racismo no Brasil e,

ao mesmo tempo, acredita-se que ele não existe” (p. 67). Denegação explícita e marcada na história oficial do Brasil. Isso que é negado, na verdade, está afirmando tanto o que existiu, quanto o que segue existindo, tendo em vista a motivação para que não seja falado sobre os horrores causados devido à escravidão de pessoas e a consequente violência sofrida sob a forma de preconceito.

Kilomba (2008/2019), apoiando-se nas observações de Spivak (1995 apud Kilomba, 2008/2019, p.47), questiona se a subalterna pode de fato falar, uma vez que “mesmo que ela tivesse tentado com toda sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder”. O silenciamento, portanto, não ocorre apenas pela impossibilidade de falar, mas também pela desconsideração aos que falam, revelando, assim, os diferentes e sofisticados modos de interdição operados pelo racismo que, desta maneira, encontra formas de se perpetuar, justo naquilo que aparentemente não é violento, naquilo que já está situado no plano do que seria familiar e comum a todos, que “é apenas uma brincadeira”.

Algo observável nas publicações, pesquisas ou eventos psicanalíticos, por exemplo, nos quais, durante muito tempo, pouco (ou quase nada) se ouviu falar sobre essa temática. Parece-nos que não há, também, tanto destaque às produções existentes sobre o assunto. Seguindo assim, sem poder falar, ficaria confinada ao silêncio, mesmo no pós-colonialismo. Colins (2000, citado por Kilomba, 2008/2019) argumenta que os grupos subordinados se identificam com seus opressores, não conseguindo, assim, interpretar sua opressão e, por sua vez, produzem e dão continuidade a mecanismos que negam a sua própria voz.

Esse silenciamento é sustentando também pela ciência, tanto ao produzir “teorias” segregadoras e de inferiorização entre grupos de pessoas, quanto ao não produzir academicamente a respeito das questões raciais, ou seja, a ciência produz a divisão racial e a toma como natural, a ponto de pouco se debruçar sobre ela criticamente. Este não falar vem sustentado por essa mítica neutralidade nos espaços institucionais, acadêmicos, escolas/grupos psicanalíticos.

A neutralidade dos espaços institucionais

Interessante considerar o que reflete Djamila Ribeiro (2019) em seu *Lugar de fala*, conceito que não tem epistemologia determinada, com origem imprecisa, mas acredita-se ter surgido do *feminist standpoint*, que, em tradução literal, seria “ponto de vista feminista”, movimento que se coloca contra uma autorização discursiva. Podendo, a partir dele, pensar quem pode falar. Essa proposta en-

fatiza o lugar de quem propõe a fala, posta a consideração de que, por muitos anos, houve certa normatização hegemônica de toda produção de conhecimento científico, como se não houvesse a demarcação do lugar social aonde cada um se encontra e a partir de onde cada um fala. E isso não considera que apenas negros possam falar sobre o racismo, por exemplo, mas precisa ser ratificado de onde cada um se coloca.

Sobre esta mesma questão, a autora aponta que:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratados de modo igualmente subalternizados, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. (Ribeiro, 2019, p. 63)

Nesta reflexão sobre o ambiente acadêmico, é notório que se hierarquizam as produções intelectuais, inclusive dando mais valor àquelas produzidas por brancos ou as vindas da Europa, como mais importantes, válidas, em relação aos conhecimentos produzidos em outros lugares, como na África ou em países mais ao sul do planeta. É por este motivo que podemos dizer que o espaço institucional não é neutro, “Ele é um espaço branco onde o privilégio da fala tem sido negado para pessoas negras” (Kilomba, 2019, p. 50). Geralmente, nos centros acadêmicos de pesquisa, os negros são tidos como objetos de estudo para os brancos, sendo mais uma vez subordinados, objetificados e silenciados. Espaços onde, habitualmente, negras e negros são invalidados em seus conhecimentos ou pouco representados, devido às limitações de acesso a esses lugares de produção do saber. Logo, pessoas brancas acabam por se tornarem as “especialistas” sobre a cultura e o povo negro, comenta Kilomba (2019).

Lacan, no *Seminário 16* (1968/2008), postula sobre o saber e a verdade. Descreve sua fórmula em “saber sobre a função de *verdade-menos-saber* deve dar-nos *verdade* sobre o *saber*” (p. 198). Ao desenvolver a explicação desta fórmula, aponta que “a psicanálise seria algo como uma ciência sem saber” (p. 198). Sendo a ciência sem saber, existe um saber da psicanálise que não está sob os moldes científicos, na medida em que diz respeito àquilo que lhe escapa e, justamente por isso, pode tomar os sujeitos, a cultura e suas relações, a partir de um saber que considere a satisfação pulsional contida em tais relações.

Quando Lacan (1968/2008) nos interroga sobre “A que satisfação pode responder o próprio saber?” (p. 202), a questão também pode se desenrolar para: a quem satisfaz que não sabemos? A quem interessa que não gozemos?

Que tipo de satisfação é essa que se tira de alguns saberem e poderem se satisfazer com isso, e outros não. Desta maneira, toda produção de saber traz consigo um particular modo de gozo, de tal modo que nenhum saber pode ser tomado como neutro, tampouco seus efeitos estão desimplicados daqueles que os produzem. Encontramos aqui um interessante modo de pensar, desde a psicanálise, aquilo que Ribeiro (2019) chama de “lugar de fala”, como algo que, diferente da perspectiva da pensadora, está menos referido aos marcadores sociais do sujeito que se enuncia e mais ao campo do gozo, próprio a sua produção de saber.

Desse modo, notamos que a produção de saberes não está isenta das questões sociais, culturais ou socioculturais próprias a sua época e a sua história, assim como de um regime de satisfação que inclui em si a elisão de saberes produzidos por aqueles que estão fora do ideal de conhecimento, ou seja, da produção de saberes construída por negros. Precisamos, portanto, incluir o sujeito negro não apenas como objeto do conhecimento produzido por epistemologias brancas, mas, conforme defendem autores como Kilomba (2019) e Mbembe (2018), tornar o olhar negro um ponto de vista que constrói saberes próprios.

Se, pelos caminhos da linguagem, o sujeito se inscreve na rede de significantes e vai demarcando sua posição subjetiva no mundo a partir da voz do Outro, como se dá nossa significação no mundo quando a voz do Outro é sempre a voz de uma pessoa branca? Logo, se a voz do negro não encontra referência nesse Outro, ele tem sua representação cultural, científica, teórica e epistemológica comprometida, porque passa a constituir um ideal de mundo que não é o seu, mas sim de uma pessoa branca, a qual não é tocada pelas mesmas conjunturas. É a voz do Outro que dá sentido ao mundo. Sendo a voz do outro branco que dá sentido ao mundo do negro, marcando sua vida e seu corpo, quais os reflexos disso? Quais são as confluências entre o saber e a verdade?

Tanto o saber quanto a verdade precisam ser lidos a partir de quem os diz. Quando Lacan (1968/2008) faz referência à tapeação da consciência, ao afirmar que “um tapeado é alguém que é explorado por outrem”, discorre sobre a possibilidade de a psicanálise validar a exploração social e aponta que as pessoas podem estar certas sobre isso, porém, neste caso, seria “uma tapeação que não beneficia ninguém, pelo menos na aparência” (p. 203). Por fim, Lacan infere que, para não sermos tapeados, precisamos *saber sair* deste lugar simbólico colocado pelo outro. E, para *saber sair*, precisamos tomar posição frente ao silenciamento, identificá-lo, conhecê-lo, para, deste modo, só assim, rompê-lo, o que torna tão importante que a psicanálise, especialmente neste território, possa ser articulada com a história e as relações entre os sujeitos viventes neste país

com suas peculiaridades na discriminação racial. Quão simbólico é que, para não sermos tapeados, precisamos *saber sair*, quando por aqui nem sabemos que estamos dentro ou presos (quicá acorrentados), por essa cadeia significante embranquecida e estruturalmente racista?

Safatle (2020) comenta que Lacan “faz do gozo um conceito fundamental no interior de uma estratégia de crítica social psicanaliticamente orientada” (p. 42), posto que o gozo atenda a finalidades diversas, pois sustenta tanto a crítica às sociedades capitalistas, quanto aos funcionamentos normais dessas sociedades, e “isso significa que toda revolta deve lidar com as estruturas subjetivas de investimento libidinal na ordem social vigente” (p. 42). Existiria, assim, gozo no funcionamento dos sujeitos e no âmbito de uma sociedade que silencia os tidos como diferentes (neste caso, negras e negros). Um gozo nesses lugares de saber que negam outros saberes, um gozo (do branco) ao silenciar o diferente dele.

Lacan (1968/2008) traz a máxima de “Que a verdade seja desejo de saber” (p. 205), para pensar o que se passa com tal desejo, na medida em que ele não diz respeito exclusivamente ao acúmulo de conhecimento, ou seja, que a verdade como desejo de saber deixa ver algo a mais, que para ser interrogado nos direciona à pulsão. Em outros termos, existe uma satisfação implicada no saber que remete ao trabalho da pulsão e, para nosso tema de debate, podemos pensar uma certa economia de satisfação que alude a modos de sujeição racista. Neste sentido, para além dos poderes políticos e econômicos, o funcionamento escravista forja saberes que contêm modos de satisfação: há um gozo no saber produzido e em sua inscrição na reprodução social. Explicar maneiras de falar disso revela uma verdade e produz resistências em relação aos novos saberes.

Comenta Safatle:

As possibilidades da ação social transformadora estarão assim ligadas ao advento de um gozo capaz de abrir a experiência para além da inscrição social do desejo no interior das possibilidades imanentes de reprodução da estrutura simbólica. Mas, para tanto, será necessário compreender a extensão desse gozo que se inscreve nas modalidades de reprodução social e que será fundamental para a preservação do capitalismo. A ele Lacan dará o nome de “gozo fálico”. (2020, p. 44)

A motivação pelo desejo de saber poderia nos permitir questionar acerca do impedimento de saber, extirpado ao longo de séculos de exploração, a qual não apenas foi praticada, mas também validada pela produção científica. O que demonstra, portanto, que o espaço acadêmico – o qual fora cedido para a divulga-

ção de tais pensamentos – é um exemplo do racismo institucional germinado por autores que são referência até hoje. Filósofos e pensadores como David Hume, Voltaire, Immanuel Kant e Georg Hegel são alguns dos que sustentaram a ideia do negro como naturalmente inferior ao branco (Gomes, 2019).

Considerando a afirmação de Lacan (1968/2008) de que “o homem nasce num banho de significantes” (p. 208), quais análises podemos fazer desse sujeito negro que é banhando por significantes responsáveis por inferiorizá-lo, desconsiderá-lo, desqualificá-lo e excluí-lo da possibilidade de falar de si?

Nessa perspectiva, nos diz Silvio Almeida (2019) que há uma tese central

[...] de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. (p. 20-21)

Por não estar naquilo que seria o patológico, seu reconhecimento por aqueles que o produzem não se dá tão facilmente, pelo contrário, mostra-se uma importante engrenagem para a máquina do conhecimento. Sabemos que a psicanálise, desde os primeiros estudos freudianos, se interessou por aquilo que era rechaçado pela ciência de seu tempo, sendo assim, onde está a psicanálise em meio à academia, às estruturas e ao silenciamento acerca do racismo?

Almeida (2019) discorre sobre três concepções acerca do racismo: individualista, institucional e estrutural. Essas se relacionam, respectivamente, a racismo e subjetividade, racismo e Estado e racismo e economia. O aspecto individualista se relaciona a uma análise do racismo como algo particular de um indivíduo, caracterizando a atitude racista como uma questão ética ou de caráter, até mesmo patológica ou anormal daquela pessoa que atuou de maneira racista em relação à outra. Apesar de muito comum, contudo, como aponta Almeida (2019), a “concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos” (p. 37). Nesta perspectiva, Almeida (2019) considera que, quando o olhar se limita aos aspectos de comportamento de uma pessoa, desconsidera-se o fato de as grandes desgraças produzidas pelo racismo terem acontecido sob a égide da legalidade e com “o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados ‘homens de bem’” (p. 37).

No que diz respeito à concepção institucional do racismo trazida pelo autor, ele aponta que essa noção é um avanço teórico importante aos estudos

sobre relações raciais, pois o funcionamento das instituições confere, mesmo sem a intenção, vantagens e privilégios com base nas questões raciais, visto que é o lugar onde os grupos hegemônicos, de homens brancos, que ocupam o poder em ambientes como nas instituições públicas, no legislativo, no executivo, no judiciário, nas universidades, além da alta administração de grandes empresas, validam a existência de regras e padrões que dificultam a ascensão de negros e/ou mulheres.

E, por fim, a concepção estrutural, segundo a qual, de acordo com Almeida (2019), essas instituições “[...] são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos. [...] as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (p. 47). Sendo assim, o racismo faz parte da ordem social. Este não é criado pelas instituições, mas reproduzido por elas, inclusive aquelas que não têm esse interesse deliberado em sustentar o racismo.

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. (Almeida, 2019, p. 52)

É nesse cruzamento entre a desigualdade racial na sua concepção institucional, que se faz necessário pensar a psicanálise, a qual não estaria, portanto, direcionada à perspectiva individualista do racismo, já que esta, além de produzir discussões morais que esvaziam a questão política própria ao racismo estrutural, se distancia da concepção de sujeito na psicanálise, que em nada se aproxima do indivíduo. Posto que tal teoria, a ciência, é propagada (direta ou indiretamente) e produzida por pessoas em instituições, entre elas a academia, estas também estariam repercutindo os aspectos trazidos por Almeida (2019). Nessa interface que considera que, se as instituições não forem expressamente antirracistas, poderão ser racistas, a psicanálise e os psicanalistas precisam estar articulados a estas e a outras reflexões.

Parece, até o momento, que não há um mergulho nas considerações sobre o racismo nos ambientes psicanalíticos de produção teórica, bem como das autoras pioneiras dos estudos raciais no Brasil. Mesmo havendo diversos autores, na psicanálise, que refletem sobre a temática do racismo neste país, estes apontam a pouca produção relacionada ao assunto, bem como a prevalência de pessoas brancas entre os analistas e analisandos.

É interessante ressaltar a frequência de estudos sobre o antissemitismo em ambientes psicanalíticos (e não há nenhum problema nisso), por outro lado, o horror produzido nos quase 400 anos de escravidão no Brasil e os desdobramentos até hoje vivenciados devem também ser aprofundados, a fim de esquadrihar esse silenciamento – produzido devido à dificuldade em acolher as diferenças. Assim como aprendemos com Freud e Lacan, é preciso falar para elaborar e, com isso, conseguir eliminar os sintomas. Do mesmo modo, é crucial produzir simbólico para este real que se inscreve incessantemente em nossa realidade.

Como nos diz Fanon (2008): “Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (p. 33). Logo, produzir cada vez mais saberes sobre o sujeito negro, o racismo no Brasil e suas correlações a partir da psicanálise é urgente.

Considerações finais

Portanto, podemos concluir que a psicanálise, e todos aqueles que são por ela atravessados, ainda precisam falar muito sobre este racismo peculiar existente no Brasil, assumindo as consequências e o mal-estar que este falar pode produzir. Chamamos este racismo de “peculiar” considerando a pujante utilização de mão de obra escravizada para produção econômica (dentre outras esferas), a miscigenação fomentada pelo Estado como tentativa de apagar a cor e os traços da negritude e de seu povo, negando presença institucional, histórica e social da existência de racismo neste país, juntamente com todo o preconceito racial gerado, vivenciado e reproduzido diariamente.

Posto que a psicanálise encontrou espaço para desenvolvimento neste território, é imprescindível que aponte o gozo gerado pelo silenciamento, inclusive dentro de seus espaços de conhecimento e entre seus propagadores. A psicanálise, com base em sua sustentação teórica, precisa ser antirracista, caso contrário, servirá para sustentar opressões históricas.

Non-talking about racism: a psychoanalytical perspective

ABSTRACT: This article aims to reflect on the non-speaking of racist themes from a psychoanalytic perspective, aiming to raise questions for psychoanalysis, as silencing contributes to the perpetuation of oppression. From there, it seems worth looking into the

concepts of knowledge, enjoyment, structural racism, silencing and unfamiliar, present in the works of Lacan, Freud, Grada Kilomba and Silvio Almeida, among others, since such studies collaborate to deepen and reflect about this theme. Therefore, the work adopts as a methodology, an integrative literature review, as this allows synthesizing the studies found, and analyzes them, to propose applicability in practice, providing data for the analysis and understanding of the theme in question.

KEYWORDS: Racism; uncanny; enjoyment; language.

No hablar de racismo: una perspectiva psicoanalítica

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el no hablar de temas racistas desde una perspectiva psicoanalítica, con el objetivo de plantear preguntas para el psicoanálisis, ya que el silenciamiento contribuye a la perpetuación de la opresión. A partir de ahí, parece que vale la pena considerar los conceptos de conocimiento, disfrute, racismo estructural, silenciamiento y ominoso, presentes en las obras de Lacan, Freud, Grada Kilomba y Silvio Almeida, entre otros, ya que tales estudios colaboran para profundizar y reflexionar sobre esto. Por tanto, el trabajo adopta como metodología una revisión integradora de la literatura, ya que esta permite sintetizar los estudios encontrados y analizarlos, para proponer una aplicabilidad en la práctica, aportando datos para el análisis y comprensión de la temática en cuestión.

PALABRAS CLAVE: Racismo; ominoso; disfrute; lenguaje.

Referências

- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Freud, S. (1996). O estranho. In S. Freud, *Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)* (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 17, pp. 233-273). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (2018). *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (R. Zwick, trad.). Porto Alegre: L&PM. (Trabalho original publicado em 1901).
- Freud, S. (2019). *O infamiliar*. Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1919).
- Gomes, L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobo-gó. (Trabalho original publicado em 2008).
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1968).

Anna Carolina Fonseca de Melo e Hevellyn Ciely da Silva Corrêa

Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições.

Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Sales, J. (2019). *Racismo no Brasil: um olhar psicanalítico*. Rio de Janeiro: Autografia.

Recebido: 17/03/2021

Aceito: 21/06/2021

Anna Carolina Fonseca de Melo

Rua Jerônimo Pimentel, 536/302

Pará - PA - CEP: 66055-000

annacfmelo@hotmail.com

Hevellyn Ciely da Silva Corrêa

Av. Governador José Malcher, 1836/302

Pará - PA - CEP: 66060-232

hevellyn@ufpa.br